

PLANO DE TRANSPORTE ESCOLAR

ANO LETIVO DE 2023/2024

Cada Agrupamento de Escola (AE) / Escola Não Agrupada (ENA) é responsável pela informação aos alunos e respetivos encarregados de educação, recolha e análise das inscrições e atribuição do transporte escolar, em conformidade com os critérios definidos no presente Plano de Transporte Escolar.

As candidaturas ao Transporte Escolar decorrem até **31 de julho de 2023**.

1. Nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, o plano de transporte escolar é, a nível municipal, o instrumento de planeamento da oferta de serviço de transporte entre o local da residência e o local dos estabelecimentos de ensino da rede pública, frequentados pelos alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário.

2. Transporte regular

A Autarquia assegura o pagamento da totalidade do transporte escolar para as crianças da educação pré-escolar e alunos do ensino básico e do ensino secundário, quando residam a mais de 3 km do estabelecimento de ensino que frequentam (artigo 20.º do Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro).

2.1 Inelegibilidade para os benefícios previstos no ponto anterior – transporte regular

Os alunos que se matriculem contrariando as normas estabelecidas de encaminhamento de matrículas não são elegíveis para os benefícios previstos no número anterior (artigo 20.º do Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro). Assim, nos termos do Despacho Normativo n.º 5/2020 de 21 de abril, que estabelece os procedimentos de matrícula, quando o estabelecimento de educação e de ensino pretendido não for aquele que serve a respetiva área de residência e neste também for disponibilizada vaga na oferta educativa pretendida, o encarregado de educação ou o aluno suportam a expensas próprias, os encargos ou o acréscimo de encargos que daí possam resultar, designadamente com a deslocação do aluno.

2.2 Requisições de transporte escolar regular

As requisições são efetuadas pelos AE/ENA, mensalmente, através do envio do respetivo ficheiro Excel da TIP (Transportes Intermodais do Porto) para a Divisão de Gestão da Rede Escolar, até ao dia 10 do mês anterior, que habilita a realização das viagens por parte dos alunos, após correta validação pela Autarquia.

3. Transporte de alunos com necessidades específicas individuais

No âmbito do transporte de alunos com necessidades específicas individuais são elegíveis alunos:

- a) Com mobilidade reduzida que comprometa a utilização de transportes regulares ou dos transportes



escolares;

- b) Com dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que tenham sido sinalizadas pela Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), prevista no Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, na sua redação atual.

A elegibilidade para o transporte de alunos com necessidades específicas individuais, estabelecida nas alíneas anteriores, é aplicada tendo em consideração as condições expostas nos pontos 3.1 e 3.2 do presente documento.

3.1 Crianças e alunos não residentes no concelho de Matosinhos:

- a) Crianças e alunos que se inscrevam/matriculem pela primeira vez no ano letivo de 2023/2024, num estabelecimento de educação e ensino do concelho, não serão elegíveis para usufruírem deste apoio municipal relativo ao transporte de alunos com necessidades específicas individuais;
- b) Crianças e alunos que se encontram inscritos/matriculados nos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo de 2022/2023, continuam a usufruir das mesmas condições de transporte escolar especial, enquanto permaneçam matriculados no mesmo Agrupamento de Escolas (AE) e Escolas Não Agrupadas (ENA) do concelho de Matosinhos;
- c) No caso de crianças e alunos que se encontram em situação de colocação administrativa (crianças e alunos inscritos/matriculados por imposição da DGEstE), deverá ser o Município da respetiva área de residência a suportar os eventuais encargos inerentes ao transporte. A colocação administrativa deverá ser sempre sustentada com documentação comprovativa emanada pela DGEstE.

3.2 Crianças e alunos residentes no concelho de Matosinhos:

- a) Crianças e alunos que se inscrevam/matriculem, no ano letivo de 2023/2024, em estabelecimentos de educação e ensino do concelho de Matosinhos (mesmo que não sejam da sua área de residência), são elegíveis para usufruírem deste apoio municipal relativo ao transporte de alunos com necessidades específicas individuais;
- b) Alunos que se matriculem nas escolas de referência: EB Eugénio de Andrade (ensino bilingue de alunos surdos), ES Rodrigues de Freitas (ensino de alunos cegos e com baixa visão) e ES Alexandre Herculano (ensino bilingue de alunos surdos) são elegíveis para usufruírem deste apoio municipal relativo ao transporte de alunos com necessidades específicas individuais.

3.3 O transporte de alunos com necessidades específicas individuais permite deslocações mediante as rotas apresentadas, em todos os dias úteis da semana, de acordo com o calendário escolar e nas interrupções letivas para as crianças e alunos inscritos no Matosinhos Inclusivo.

3.4 O transporte dos alunos com necessidades específicas individuais realiza-se exclusivamente:

- a) Entre a morada de residência e o estabelecimento de educação e ensino que o aluno frequenta;



- b) Entre a morada de residência e o local onde se realizam as atividades letivas e educativas, como por exemplo nos casos dos Planos Individuais de Transição (PIT).

3.5 O acompanhamento das crianças e alunos durante o transporte deverá ser devidamente fundamentado pela equipa EMAEI. Para os casos em que seja identificada esta necessidade, o acompanhamento será assegurado, exclusivamente, por um vigilante da empresa transportadora. Não é permitido o acompanhamento por parte do encarregado de educação, ou outro familiar/adulto.

3.6 O AE/ENA lançará na plataforma IMASE as rotas dos respetivos alunos até ao dia 22 de setembro. Todas as alterações que surjam, designadamente alterações de moradas, horários, transferências de alunos, entre outras, deverão ser prontamente comunicadas à Divisão de Gestão da Rede Escolar (DGRE) para o e-mail ase@cm-matosinhos.pt para validação. Apenas as alterações de horários e suspensões esporádicas do serviço poderão ser diretamente articuladas entre o AE/ENA e a empresa transportadora.

3.7 O AE/ENA lançará na plataforma IMASE o número de serviços mensais por rota, até dia 5 do mês seguinte à prestação do serviço. Este registo deverá ser efetuado com todo o rigor considerando as ausências dos alunos e os dias efetivos de serviço.

4. Processo individual da criança/aluno para atribuição do transporte escolar (regular e de alunos com necessidades específicas individuais)

Para a atribuição do transporte escolar, o AE/ENA deve constituir um processo individual da criança/aluno, do qual devem constar os seguintes elementos:

- Cartão Cidadão do Aluno;
- NIF do Aluno;
- Nome do Aluno;
- Data de Nascimento do Aluno;
- Idade do Aluno;
- Ciclo de Ensino;
- Ano de Escolaridade;
- Curso (quando aplicável);
- Morada Completa do Aluno (com n.º da porta, código postal e localidade);
- Agrupamento de Escola/Escola Não Agrupada;
- Escola que frequenta;
- Distância casa – escola em km;
- Escalão da Ação Social Escolar;
- Tipo de passe;
- Justificação da equipa EMAEI (apenas no transporte de alunos com necessidades específicas individuais);
- Meio de transporte a utilizar (apenas no transporte de alunos com necessidades específicas individuais);
- Horário Escolar (apenas no transporte de alunos com necessidades específicas individuais).



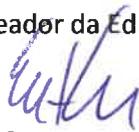
5. Requisições de Transporte Escolar: situações excepcionais

Todas as situações excepcionais, designadamente candidaturas após o término do prazo definido, serão avaliadas, caso a caso, pela Divisão de Gestão da Rede Escolar da Câmara Municipal de Matosinhos em articulação com os AE/ENA, para posterior atribuição, de transporte escolar gratuito, na sequência de despacho do Vereador da Educação.

Fazem parte integrante do plano de transporte escolar, os documentos exigidos no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

O Plano de Transportes Escolares para o ano letivo de 2023/2024 é submetido ao parecer do Conselho Municipal de Educação e à aprovação da Câmara Municipal, nos termos do n.º 1, do artigo 21.º, do Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro.

O Vereador da Educação



Prof. Correia Pinto